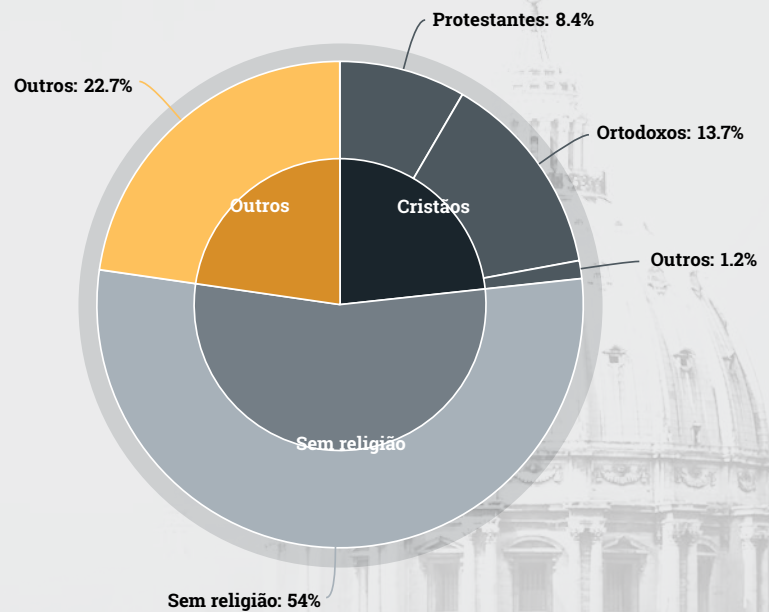


Estônia



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição afirma que todos têm direito a praticar a sua religião, tanto sozinhos como em comunidade com outros, em público ou em privado. As exceções a esta regra são apenas aplicadas se esta liberdade for "prejudicial para a ordem pública, a saúde ou a moral". A Constituição também afirma: "O incitamento ao ódio religioso, à violência religiosa ou à discriminação religiosa são proibidos e puníveis por lei." Esta punição varia de uma multa até a uma pena de três anos de prisão. Não existe Igreja estatal.

A lei estabelece a diferença entre associações religiosas e sociedades religiosas. As associações religiosas são definidas como Igrejas, congregações, uniões de congregações e mosteiros. As sociedades religiosas são entendidas como organizações que realizam atividades confessionais ou ecumênicas fora das formas tradicionais dos ritos religiosos de uma Igreja ou congregação e que não precisam estar ligadas a uma Igreja ou congregação específica.

As associações religiosas são registradas por tribunais de condado e cidade. As Igrejas, congregações e uniões de congregações são obrigadas a ter um conselho diretivo, e os mosteiros são obrigados a ter um superior eleito ou nomeado. Os cidadãos e os residentes legais podem ser membros do conselho diretivo. Para se registrar formalmente, o conselho diretivo de uma associação religiosa deve submeter uma candidatura assinada por todos

os seus membros. Uma congregação deve ter pelo menos doze membros adultos. As atas da reunião constitutiva, uma cópia dos estatutos e uma cópia autenticada das assinaturas dos membros do conselho diretivo servem como documentos de suporte da candidatura ao registro. As sociedades religiosas registram-se no âmbito da lei que rege as associações sem fins lucrativos.

A lei trata as Igrejas e organizações religiosas registradas como entidades sem fins lucrativos, com direito a benefícios fiscais. Há mais de 500 associações religiosas registradas. As atividades das associações religiosas não registradas não são proibidas por lei. Contudo, as entidades não registradas não podem apresentar-se como pessoas coletivas e não podem exercer os direitos ou procurar as proteções acordadas com uma entidade religiosa legalmente registrada.

A lei requer que o comandante de cada unidade militar disponibilize aos membros da força de defesa a oportunidade de praticarem a sua religião. Os diretores das prisões também devem proporcionar a oportunidade para os presos praticarem os seus credos religiosos.

Nas escolas estatais, instrução básica sobre temas religiosos está disponível e é opcional. Se pelo menos doze alunos a solicitarem, a escola deve, por lei, disponibilizar a disciplina de estudos religiosos ao nível do ensino primário e secundário. Os estudos religiosos comparativos estão disponíveis nas escolas estatais e privadas, com caráter opcional.^[1]

[1] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dliid=238376#wrapper>

Por lei, o Governo não tem autorização para forçar as pessoas a divulgarem as suas convicções religiosas ou outras e, além disso, não pode recolher essa informação contra a vontade da pessoa.^[2]

permanecem sensíveis e possivelmente tendenciosos sobre o que veem como xenofobia e antissemitismo permanentes nos países do Báltico. É possível que os relatórios russos, através de difamação e desinformação, alimentem esta impressão no Ocidente.

INCIDENTES

Um relatório da *foxnews.com* informou sobre uma possível recorrência de antissemitismo nos países do Báltico. Na Estônia isto foi ligado à controversa exposição sobre o tema do Holocausto em fevereiro de 2015 e ao relativo sucesso de um partido de extrema-direita durante as eleições realizadas no mesmo mês. A exposição em Tallinn exibiu, entre as suas peças, um quadro do símbolo icônico de Hollywood substituído pela palavra “Holocausto”. Alguns visitantes e críticos viram isto como uma sugestão de que o genocídio era um evento de entretenimento. Além disso, vinte atores brincaram de “pic” numa falsa câmara de gás, numa aparente interpretação humorística dos acontecimentos em Auschwitz e em outros locais. Houve inúmeros protestos e, em resposta a isso, a exposição foi encerrada.

Em fevereiro de 2015, nas eleições legislativas, sete membros do partido nacional conservador EKRE tornaram-se deputados (o número total de deputados era de 101). Um artigo na *foxnews.com* atacou Mart Helme, o líder do partido, descrevendo-o como controverso. Helme foi acusado de racismo por Efraim Zuroff, o diretor do Centro Simon Wiesenthal em Jerusalém, por cunhar o slogan “Estônia para os estônios”. Helme defendeu-se argumentando que uma estação de televisão russa tinha traduzido mal o slogan deliberadamente, para apresentar os estônios como xenófobos e intolerantes para com as minorias. Supostamente, o slogan que foi usado durante várias manifestações dizia “Para a Estônia”, que Helme alegava soar muito parecido na língua estônia. Além disso, Helme negou a existência de antissemitismo na Estônia, salientando que sobravam muito poucos judeus no país. Ao mesmo tempo, o líder do EKRE explicou que o seu movimento se opunha à imigração muçulmana, citando os fracassos de integração no Ocidente, especialmente na França e na Suécia.^[3]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

De acordo com o Relatório da *Freedom House*, a liberdade religiosa é bastante respeitada na Estônia, tanto em teoria como na prática.^[4] Alguns meios de comunicação ocidentais

[2] https://www.eesti.ee/eng/inimoigused/inimoigustega_seotud_teemad/sonavabadus

[3] <http://www.foxnews.com/world/2015/03/12/jews-in-baltics-fear-creep-anti-semitism.html>

[4] <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2014/estonia>